

A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru

José Maria Trajano Vieira¹

Resumo: O povo Kokama, atualmente, encontra-se dividido, em termos de nacionalidade, entre brasileiros, peruanos e colombianos. Do lado brasileiro da fronteira, na região do alto Solimões, estado do Amazonas, historicamente marginalizados pelo Estado nacional, os Kokama nas últimas décadas vêm se mobilizando politicamente na tentativa de beneficiar-se das políticas públicas estatais, por meio de seu reconhecimento legal enquanto sujeitos detentores de direitos étnicos, reivindicando para isso sua diferença enquanto coletividade distinta das demais. Nesse contexto adverso, os Kokama reflexivamente vêm procurando conhecer, “resgatar” e valorizar sua cultura “tradicional”, como uma forma de conquistar visibilidade étnica, diante de uma sociedade que os discrimina e de um Estado que os exclui das políticas indigenistas oficiais. Nesse processo, surgem conflitos e alianças com setores da sociedade não indígena, das demais etnias da região e dentro do próprio movimento social kokama, em virtude da competição por reconhecimento étnico e jurídico em termos associativos, direitos territoriais e intelectuais, bens culturais, patrimônio linguístico, educação e saúde diferenciadas, religiosidades, controle de recursos naturais, entre outras demandas e projetos com financiamento escasso. Os Kokama contemporâneos, por meio do recurso as suas memórias e história, lutam pelo seu reconhecimento enquanto indígena kokama perante outras etnias indígenas, os não índios e as organizações indígenas e indigenistas. A cultura kokama é pensada, resgatada e inventada em meio às dinâmicas relações sociais que a mantêm: intraétnicas e interétnicas; com o meio urbano; com os novos movimentos religiosos e com a política partidária. Projetada em direção ao passado, essa “cultura” pretende legitimar o presente e vislumbrar um futuro mais favorável àqueles que a agenciam.

Palavras-chave: Índios Kokama; reconhecimento étnico; fronteiras; identidade cultural.

The struggle for ethnic recognition of Kokama in the triple border Brazil/Colombia/Peru

Abstract: The Kokama tribe today is divided in terms of nationality; they are Brazilians, Peruvians and Colombians. On the Brazilian side of the border in the Upper Solimões River region in the state of Amazonas, whereas they have historically been marginalized by Brazil, the Kokama in the last few decades have been organizing themselves politically in an effort to benefit from national public policy. In order to do this the Kokama have been working toward being legally recognized as possessing the rights of an ethnically distinct group, notwithstanding their continuing position as part of the collective indigenous whole. The Kokama react to this adverse context by seeking knowledge of their “traditional” tribal culture, “rediscovering” and valuing it, as a way to win ethnic visibility before a society that discriminates them and national indigenous politics that exclude them. In this process there arise both conflicts and alliances –with non-indian sectors of Brazilian society, with other tribes in the region and even within the Kokama social movement – as part of the competitions

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: zmtrajanov@yahoo.com.br.

for ethnic and legal recognition in relation to associations, territorial and intellectual rights, physical cultural heritage, linguistic heritage, improvements in education and healthcare, religious influences, the control of natural resources, and other needs and projects with scarce funding. The contemporary Kokama, relying on their cultural memory and history, struggle to be recognized as a distinct tribe by other indigenous tribes, by non-Indians, tribal organizations and specialists in tribal affairs. The Kokama culture is rethought, rediscovered and formulated in the midst of the dynamic of maintaining their various social relationships: intra-and intertribal; with their urban environment; with new religious movements and with party politics. While looking back toward their past, this “culture” aims to legitimize their present reality and to envision being agents of a better future.

Keywords: Kokama Indians; ethnic recognition; borders; cultural identity.

Introdução

Considerado “extinto” por alguns e totalmente “miscigenado” ou definitivamente “aculturado” por outros, o povo Kokama, que em termos de nacionalidade é dividido entre brasileiros, peruanos e colombianos, reapareceu no cenário social fronteiriço do alto Solimões e vale do Javari nas últimas décadas. Neste texto mostramos a luta dos kokama pelo reconhecimento étnico e territorial e por recursos das políticas e de instituições indigenistas oficialmente vigentes no Brasil. Analisamos especialmente a situação vivida no Brasil por indígenas nascidos no Peru e seus descendentes e que hoje tentam resgatar um patrimônio cultural específico, associado aos kokama, para se diferenciarem de outros povos indígenas da região, das comunidades ribeirinhas não indígenas e mesmo de outros peruanos que não se reconhecem como indígenas. Um grande obstáculo para isso é que estes “peruanos” são considerados por muitos como invasores estrangeiros, indígenas “falsos” e oportunistas.

O povo Kokama, hoje

O povo Kokama, atualmente, encontra-se dividido em termos de nacionalidade, entre brasileiros, peruanos e colombianos. Do lado brasileiro da fronteira, na região do alto Solimões (AM) e no vale do Javari, os kokama vêm mobilizando-se politicamente nas últimas décadas, na tentativa de beneficiar-se das políticas públicas estatais, por meio de seu reconhecimento legal enquanto sujeitos detentores de direitos étnicos e enquanto coletividade indígena distinta das demais etnias da região. Nesse contexto, os kokama, reflexivamente, vêm procurando conhecer, resgatar e valorizar sua cultura tradicional, promovendo uma incessante busca de suas raízes como forma de conquistar visibilidade étnica diante de um Estado que historicamente os tem excluído das políticas indigenistas oficiais. Não obstante, os obstáculos à livre circulação de indígenas impostos pelo estado brasileiro, sobretudo a fixação em território nacional dos kokama originários da Colômbia e principalmente do Peru, pessoas membros das famílias kokama mantêm relações transfronteiriças por meio de redes de parentesco, de intercâmbio político, religioso, cultural e econômico que atravessam e interligam essa fronteira geográfica entre distintos Estados nacionais e suas políticas, abrangendo uma vasta região da Amazônia que vai de Iquitos no Peru até Manaus no Brasil, passando pela Colômbia.

Figura 1 – Comércio de família kokama em Atalaia do Norte



Fonte: Dados da pesquisa de campo, abril de 2013.

A língua e a cultura

Os kokama são considerados um ramo da família linguística tupi-guarani, entretanto, além da tupi, a língua kokama contém elementos das línguas *aruak* e *kechua*, ou seja, é uma língua resultante da mistura de várias outras. Atualmente, alguns kokama conhecem palavras ou frases soltas e possuem as lembranças dos avós que falavam a língua. Relatam que a perda da língua se processou em decorrência do preconceito muitas vezes sofrido por eles. Ainda que em seus discursos e práticas, os kokama carregam as marcas das diversas experiências e memórias interculturais, as misturas linguísticas e culturais com outros grupos étnicos não implicam sua eliminação como grupo étnico específico. Confeção de roupas tradicionais, aprendizagem da língua materna, execução de danças, técnicas de pesca, conhecimentos sobre remédios caseiros, preparo de comidas e bebidas típicas e religiosidade são alguns dos ingredientes para fazer reviver a “cultura milenar” kokama. A região de fronteira entre três países e de encontro entre diferentes povos indígenas e sociedades nacionais leva à troca intercultural. Além dos kokama, a região fronteiriça é habitada por uma diversidade de etnias: tikuna, uitoto, yaguá, matsés, marubo, kanamari, matis, korubo e kulina, entre outras, entrelaçadas por redes de socialidade: trânsito de pessoas, relações de parentesco, objetos, conhecimentos, práticas rituais e religiosas.

Figura 2 – Senhora kokama, falante da língua materna em São Pedro do Norte



Fonte: Dados da pesquisa de campo, outubro de 2011.

O foco da pesquisa

Na minha pesquisa enfoquei a formação de algumas aldeias também conhecidas regionalmente como “comunidades”, habitadas majoritariamente por indígenas de nacionalidade peruana e seus descendentes. Analiso a adaptação vivida no Brasil por estes indígenas que, durante a maior parte de suas vidas, estiveram submetidos a outras leis, ditadas por outro Estado nacional, e a outro idioma. As acusações de oportunistas e “falsos” que recaem sobre os kokama, quando os mesmos reivindicam do poder público o reconhecimento étnico enquanto indígenas, não fazem o menor sentido. Sabemos que o povo Kokama, historicamente, foi obrigado ou induzido pelo estado brasileiro (e também peruano e colombiano) e pelas missões religiosas a que ainda está submetido, a abandonar sua língua materna (obrigado a falar português e espanhol), suas antigas filiações étnicas e sua cultura; buscam recuperá-las por também esperar, dessa forma, potenciais benefícios individuais e coletivos.

“Invasor estrangeiro”

Nos municípios brasileiros de fronteira como Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga (AM), os kokama – chamados de “índios peruanos”, “kokama peruanos” ou simplesmente “peruanos” – que transitam através das fronteiras, sobretudo no sentido do Peru para o Brasil, são tratados como invasores “estrangeiros” por setores das esferas públicas nacional, estadual e municipal; pela população local não indígena; por indígenas dos demais povos que compõem o contexto interétnico do alto Solimões/vale do Javari; e, no nível intraétnico, por pessoas do seu próprio povo, pertencentes a outras comunidades e/ou

associações kokama. Muitos desses atores sociais e instituições afirmam que no vale do Javari e no alto Solimões não existem kokama, mas sim peruanos oportunistas que querem se passar por índios para obter supostas regalias usufruídas pelos demais povos indígenas que habitam o território brasileiro. Esse não reconhecimento do outro enquanto diferente e sujeito de direitos étnicos, é fruto da disputa de poder entre os grupos sociais da região (madeireiros, empresários ligados ao turismo de “selva” e comerciantes), e tenta se fundamentar na ausência de elementos concretos de cultura indígena (tais como língua, crenças, costumes etc.) tomados de uma forma naturalizada, estática e imutável. Ignora-se o processo colonial e o contexto de interação dos quais os kokama participaram e ainda participam.

A chegada dos “peruanos”

A partir de 1969, muitas comunidades kokama tornaram-se adeptas da Irmandade da Santa Cruz ou Ordem da Cruzada, uma religião cristã fundada por um profeta nascido em Minas Gerais, conhecido por José Francisco da Cruz e que tem no seu corpo doutrinário elementos do catolicismo, protestantismo evangélico e de religiões indígenas, principalmente as de origem tupi – adotando destas a cosmovisão catastrófica de destruição e recomeço. A Cruz e a Bíblia formam os símbolos da Irmandade da Cruz. O irmão José, como ficou conhecido, pregava o fim do mundo e a salvação dos que eram protegidos sob a égide da Cruz, sendo que, após a catástrofe, os “puros de coração” alcançariam o local sagrado, onde a abundância e a fartura seriam uma constante. Nesse sentido, a cosmovisão desse movimento em muito se assemelha ao ideário da “terra sem males” dos tupi.

Uma das versões da catástrofe anunciada pelo irmão José me foi narrada por uma idosa kokama de Primeira Aldeia, em Atalaia do Norte, que o acompanhou em suas peregrinações durante alguns anos. Ela conta que muitas famílias kokama vieram para o Brasil porque o irmão José anunciou um tempo de guerra e miséria no Peru, em que os kokama nada mais teriam e em que a passagem pelas fronteiras com Brasil e Colômbia seria impedida. Irmão José ordenou que abandonassem o país e, assim, as famílias desceram o Amazonas e adentraram pelo Javari, instalando sua aldeia às margens desse rio, a cerca de 30 quilômetros acima de Atalaia do Norte, onde hoje se encontra a comunidade de São Pedro do Norte – a recomendação de irmão José era para que ficassem em terra alta, pois viria uma grande alagação, uma espécie de dilúvio. Em tempos recentes, a principal motivação para a vinda de famílias kokama para o Brasil parece ter sido este cunho religioso, desencadeada por um movimento missionário. Entre 1972 e 1980, o povo Kokama que estava concentrado na cidade de Nauta, região de Iquitos, começou a se espalhar e a formar novas comunidades em diferentes lugares (e rios). Atualmente, encontra-se no rio Ucayali, em Marañón, baixo Huallaga; no rio Napo, ainda em território peruano; e na comunidade de Ronda, entre outras, localizada no município de Letícia, sul da Colômbia, numa região conhecida como trapézio colombiano. Do lado brasileiro, os kokama estão na região do alto, médio e baixo rio Solimões; em Benjamin Constant; de Tabatinga até Manaus; e, no vale do Javari, habitam comunidades em Atalaia do Norte.

Figura 3 – Culto em Igreja da Irmandade da Santa Cruz, São Pedro do Norte



Fonte: Dados da pesquisa de campo, agosto de 2014.

Organização socioespacial

Atingidos pelas frentes de expansão não indígena, a maioria dos grupos kokama passou por processos de reterritorialização em missões religiosas, cidades, comunidades, colocações extrativistas etc. Atualmente, a organização socioespacial da região vem sendo cercada pela apropriação indevida de áreas de recursos naturais, igarapés e bairros da região, por parte de patrões do extrativismo, pescadores, caçadores profissionais, narcotraficantes e pelo turismo selvagem e especulação fundiária urbana. Isso tem provocado transformações sociais, territoriais e deslocamentos forçados do povo Kokama que ocupa o alto Solimões/vale do Javari, comprometendo a sua autonomia econômica e a sua sobrevivência física e cultural.

As principais atividades de subsistência dos kokama são a agricultura, cultivando, sobretudo, a macaxeira e a mandioca para a fabricação de farinha, a criação de animais domésticos para o consumo próprio e a pesca. Isso apesar de uma longa história de contato com os não índios, desde meados do século XVI, tê-los envolvido em várias formas de produção para o mercado, de trabalho extrativo e de comércio urbano – há os que vivem da renda de aposentadoria e salários como de professores e agentes de saúde, além de políticas sociais do governo, como o Bolsa Família.

Dados populacionais

Os dados populacionais sobre a população kokama no Brasil são bastante imprecisos, controversos e flutuantes. Trabalhamos nesse texto com dados levantados pelas organizações indígenas kokama há mais de uma década, até porque a maior parte dessa população ainda não se encontra reconhecida como indígena pela Funai. A partir dos gráficos populacionais do Conselho Geral das Tribos Tikuna (CGTT), pudemos constatar que, no alto Solimões como um todo, eram 55 comunidades identificadas “exclusivamente” por indígenas Kokama, distribuídas pelos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça e Tonantins. Os kokama compartilhavam outras 14 comunidades, majoritariamente com os tikuna, mas também com os kaixana, kambeba e uitoto. Levantamento populacional por família, realizado pela Organização Indígena do Povo Kokama do Vale do Javari (Orinpokovaja) no ano de 2011, computou 110 famílias, totalizando 550 pessoas que se identificaram como da etnia kokama, apenas no município de Atalaia do Norte. Em Benjamin Constant, na comunidade Bom Jardim, segundo dados da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), a população indígena era de aproximadamente 123 famílias, totalizando um total de 723 pessoas, a grande maioria formadas por kokama, mas também por tikuna, algumas famílias witoto e por outras “mistas” (mistura de nordestinos, peruanos, colombianos, tikuna e kokama, entre outras combinações possíveis). Segundo o agente de saúde da comunidade, em 2015 residiam na comunidade 157 famílias kokama, totalizando perto de 800 pessoas. A comunidade Luiz Ferreira, criada há cinco anos na periferia da cidade de Tabatinga, possui uma área de dois hectares e meio e é habitada por 211 pessoas autoidentificadas kokama e reconhecidas enquanto tais, à exceção de três famílias nucleares tikuna. Mas segundo dados da liderança local, só no meio urbano de Tabatinga haveria 3.650 indígenas kokama.

Participação política

A participação ativa de líderes Kokama na política indígena e partidária e a criação nas últimas duas décadas de diversas associações locais, de comunidades ribeirinhas e urbanas, representam uma nova configuração de articulações políticas que ainda está em construção, mas que poderá definir melhor as reivindicações dos grupos étnicos kokama. Eles tentam participar de projetos (com a colaboração de assessores de ONGs, órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, universidades, antropólogos) para obter fontes alternativas de renda para as comunidades. Tais empreendimentos visam fundamentalmente ao fortalecimento da identidade étnica, à valorização das tradições, ao desenvolvimento sustentável, à inserção nas políticas indigenistas nas áreas de saúde e educação (a exemplo do reconhecimento de escolas diferenciadas), à reconquista da especificidade cultural e linguística e do seu território, bem como à obtenção do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani). A demarcação das áreas reivindicadas pelos kokama torna-se importante perante a interferência negativa de interesses capitalistas nacionais e estrangeiros, levando os jovens indígenas à falta de perspectivas e problemas sociais (delinquência, drogas, alcoolismo, prostituição). Há litígios envolvendo questões territoriais nas comunidades habitadas pelos indígenas, estimulando-os a buscar emprego urbano e prazeres lúdicos (festas, álcool, drogas e prostituição). A Festa Cultural do Povo Kokama Milenar, realizada pela Associação do Povo Kokama e Tabatinga no Centro Cultural Presidente Lula, em 30 de setembro de 2012, constituiu palco privilegiado para representação da autenticidade cultural indígena (danças, comidas, plantas medicinais, vestuário e músicas para legitimar um discurso em defesa de direitos baseados na etnicidade

indígena) diante de interlocutores não indígenas (Funai, políticos, imprensa, antropólogo, universidades). Nesse processo de reinvenção de suas tradições, os kokama construíram em Tabatinga uma “maloca”, que é utilizada para festas e apresentação de dança.

Figura 4 – Representantes do povo Kokama antes de conferência sobre política indigenista (Tabatinga)



Fonte: Dados da pesquisa de campo, outubro de 201).

Cultura de fronteira

Colombianos, peruanos ou brasileiros, somos membros da família humana e, como espécie, somos filhos da humanidade por cujo bem-estar vale a pena lutar. Devemos ser capazes de ver alguns kokama, por contingências históricas nascidos em outro país, não como invasores, mas como hóspedes, com os quais compartilhamos uma mesma Amazônia e um mesmo planeta, independentemente do Estado-nação ao qual estamos vinculados. Discriminar, excluir, controlar pessoas que têm a mesma complexidade e capacidade intelectual, por causa das suas diferenças culturais, é uma violação contra os direitos humanos e uma afronta ao livre pensamento. Indígenas ou não, a maioria da população da tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru é composta por sujeitos multiculturais, multinacionais e multiétnicos, o que vem se consolidando na formação de uma cultura de fronteira que tem, como pano de fundo, a diversidade dos grupos que a compõem, grupos estes que em determinados contextos tomam o primeiro plano da cena social. Como sugere o antropólogo Mauro Almeida (2011, p. 50): “é possível contribuir para a formação de um país onde a identidade de cidadãos iguais seja resultado de uma luta pelo reconhecimento constante de diferenças”. Para além da nacionalidade, os kokama sempre foram grupos sem fronteiras geográficas rígidas; mais do que peruanos, colombianos ou brasileiros, posicionam-se como indígenas e kokama em particular. Enfim,

como membros da espécie humana que buscam qualidade de vida, por reconhecimento das diferenças como uma forma de conquistar a igualdade de oportunidades, numa sociedade mais ampla que historicamente tentou alijá-los do processo social, político e econômico. Como observa Viveiros de Castro (2016, s./p.): os indígenas “são nosso exemplo, um exemplo de ‘resistência’ secular a uma guerra feroz contra eles para ‘desexisti-los’, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja ‘des-indianizando-os’ e tornando-os ‘cidadãos civilizados’”. Enquanto recentemente alguns grupos kokama “brasileiros” conquistaram visibilidade e direitos perante o Estado como povos diferenciados, outros grupos kokama, sobretudo aqueles chegados recentemente do Peru e da Colômbia, ainda carecem de tal reconhecimento. No caso dos kokama, a diversidade política, ideológica, religiosa, nacional, de interesses e estratégias dificultam ações coletivas baseadas em alianças intercomunitárias, construídas em torno de objetivos, projetos e identidades comuns. Neste caso, subsistem as disputas de poder, os conflitos e contradições entre os atores sociais envolvidos na produção e reprodução das identidades. Até que ponto seria possível para os kokama estabelecer um diálogo intraétnico em torno de objetivos comuns? É uma questão que só o desenrolar da política indígena e indigenista poderá explicitar no decorrer do tempo.

Referências

ALMEIDA, M.W.B. de. Alguns aspectos do pensamento de Manuela Carneiro da Cunha. In: SCHWARCZ, L. M. et al. (Orgs.). **Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **“Os involuntários da pátria”**. Aula pública durante o ato Abril indígena, Cinelândia, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://acasadevidro.com/2016/04/24/os-involuntarios-da-patria-por-eduardo-viveiros-de-castro-aula-publica-durante-o-ato-abril-indigena-cinelandia-rj-20042016/>>. Acesso em: 06 mar. 18.